

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.422.592 - SP (2018/0344033-3)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : ROBERTO MASSAO YAMAMOTO**  
**ADVOGADO : ROBERTO MASSAO YAMAMOTO - SP125394**  
**AGRAVADO : DEJANIRA FELIPPELLI BROCHETTO**  
**ADVOGADO : PAULO BROCCHETTO JUNIOR - SP382310**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15), interposto por ROBERTO MASSAO YAMAMOTO, em face de decisão que não admitiu recurso especial (fls. 584-593, e-STJ).

O apelo nobre, de sua vez, fundamentado nas alíneas “a” e “c” do permissivo constitucional, desafia acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fls. 490-493, e-STJ):

Locação. Locatária que não tomou posse do imóvel pela existência de litígio entre o locador, condomínio e administradora. Responsabilidade do locador bem definida, ausente qualquer responsabilidade por parte da locatária. Multa contratual e despesas devidas. Honorários majorados. Apelo improvido.

Opostos embargos de declaração (fls. 496-500, e-STJ), esses foram rejeitados (fls. 503-507, e-STJ).

Nas razões do recurso especial (fls. 510-538, e-STJ), o recorrente, além de dissídio jurisprudencial, aponta violação ao artigo 373 do CPC/2015.

Sustenta, em síntese, que: a) não praticou qualquer ato ilícito; b) o dano decorre de culpa dos locatários; c) o condomínio não pode limitar a fruição do imóvel por parte do proprietário como coação ao pagamento de débitos; d) não era devedor ao tempo do ilícito; e e) não há nexo de causalidade entre o dano e conduta imputável ao ora recorrente.

Contrarrazões às fls. 567-578, e-STJ.

Em juízo de admissibilidade (fls. 579-580, e-STJ), negou-se o processamento do recurso especial, sob os fundamentos de que: a) a simples referência a dispositivo de lei não autoriza o conhecimento de recurso especial; b) incidiria ao caso o enunciado nº 7 da Súmula do STJ; e c) o dissídio jurisprudencial não foi adequadamente comprovado.

Irresignado, aduz o agravante, em suma, que o reclamo merece trânsito, uma vez que: a) a decisão de admissibilidade é nula, porquanto genérica; b) as suscitadas ofensas a dispositivos infraconstitucionais estão devidamente expostas; c) o exame pretensão não demanda reanálise da matéria de fato; e d) o dissídio jurisprudencial restou demonstrado.

É o relatório.

Decido.

O recurso não é admissível, por violação ao princípio da dialeticidade.

1. Consoante entendimento desta Corte, em razão do supracitado preceito, compete à parte recorrente infirmar todos os fundamentos da decisão agravada, sob pena de não conhecimento do reclamo, nos termos do artigo 932, inc. III, do CPC/15.

No ponto, destaca-se, outrossim, a existência do óbice enunciado na Súmula 182 do STJ, a saber: *“É inviável o agravo do art. 545 do CPC/73 que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada”*.

A propósito:

PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. RAZÕES RECURSAIS QUE NÃO TRATAM DOS ARGUMENTOS DA DECISÃO QUE INDEFERIU LIMINARMENTE OS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. SÚMULA 182/STJ. AUSÊNCIA DE PEDIDO DE REFORMA DA DECISÃO AGRAVADA. PRINCÍPIO DISPOSITIVO. RECURSO NÃO CONHECIDO.

1. Os agravantes não enfrentaram em seu recurso o fundamento da decisão agravada, que estabeleceu serem incabíveis embargos de divergência contra decisão monocrática, nem formularam pedido para sua reforma.

2. Para se viabilizar o conhecimento do agravo regimental, sobretudo diante do princípio da dialeticidade, é necessário que se impugnem especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, o que não ocorreu na hipótese em exame. A decisão objurgada permanece incólume e atrai o Verbete Sumular n. 182 do STJ.

3. O princípio dispositivo impõe que a parte recorrente formule pedido de reforma da decisão recorrida, sob pena de não conhecimento do recurso.

4. Agravo regimental não conhecido.

(AgRg nos EAREsp 623.863/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, CORTE ESPECIAL, julgado em 21/10/2015, DJe 20/11/2015)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INÉPCIA. FALTA DE IMPUGNAÇÃO A TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. MANIFESTA INADMISSIBILIDADE. DESISTÊNCIA PARCIAL. IMPOSSIBILIDADE.

1. Nos termos do art. 1.042 do CPC/15 c/c 253, parágrafo único, I do RISTJ, incumbe ao agravante o ônus de impugnar, especificamente, todos os fundamentos da decisão proferida pelo Tribunal de origem com o intuito de "destrancar" o recurso especial inadmitido, permitindo, assim, o exame deste pelo STJ.

2. O agravo é apenas o meio idôneo a viabilizar o juízo definitivo de admissibilidade por este Tribunal, quando inadmitido na origem o recurso especial. Desse modo, há uma vinculação do primeiro com o segundo, de modo que, na sistemática de julgamento, o agravo deve ser sempre analisado com os olhos voltados para a admissibilidade do recurso especial e não para o acórdão recorrido.

3. A partir de tais premissas, é possível inferir que não há como o agravante restringir o efeito devolutivo horizontal do agravo porque esse efeito já foi previamente delimitado pelos fundamentos da decisão exarada pelo Tribunal de origem.

4. O ordenamento jurídico admite que a parte inconformada recorra, parcialmente, de uma decisão, e, ainda, que o órgão julgador conheça, em parte, do recurso interposto. Não há, entretanto, qualquer previsão que autorize a desistência parcial, tácita ou expressa, do recurso especial após sua interposição.

5. É manifestamente inadmissível o agravo que não impugna, de maneira consistente, todos os fundamentos da decisão agravada.

6. Agravo interno no agravo em recurso especial não provido.

(AgInt no AREsp 727.579/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/12/2017, DJe 19/12/2017)

No caso em comento, verifica-se que o Tribunal de origem, ao apreciar a admissibilidade do apelo nobre, pontuou que o dissídio jurisprudencial não estaria comprovado, uma vez o recorrente não demonstrara a exata similitude fática entre o acórdão recorrido e os precedentes invocados. Veja-se (fl. 580, e-STJ):

Não ficou demonstrada na peça recursal a exata similitude de situações com soluções jurídicas diversas entre os vv. acórdãos recorrido e paradigma.

Nesse sentido: "A divergência jurisprudencial, nos termos do art. 541, parágrafo único, do Código de Processo Civil e do art. 255, §2º do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, exige similitude fática entre os acórdãos paradigmas e o impugnado, circunstância não evidenciada no caso concreto" (agravo regimental no agravo em recurso especial 830775/RS, relator ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, in DJe de 17.5.2016).

Tal linha argumentativa, contudo, não foi atacada pela insurgente de modo adequado.

Da leitura do agravo de fls. 584-593, e-STJ, verifica-se que, em relação à presente questão, tão somente se afirma que o dissenso pretoriano fora comprovado nos autos da petição. Não há, pois, a demonstração analítica de que, diferentemente do consignado pelo Tribunal *a quo*, os precedentes paradigmas versam sobre situações de fato análogas à vista nos autos.

Cuida-se, portanto, linha argumentativa genérica, que não infirma, de modo específico, o entendimento firmado pelo Tribunal local sobre o tema. Sobre o tema, destacam-se os seguintes julgados:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. DESOEDIÊNCIA AO COMANDO DO ART. 1.021, § 1.º, DO CPC/2015.

1. Em obediência ao princípio da dialeticidade, deve o agravante demonstrar o desacerto da decisão agravada, não se afigurando suficiente a impugnação genérica ao "decisum" combatido.

2. Agravo interno não conhecido.

(AgInt no AREsp 1185800/RS, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 11/09/2018, DJe 17/09/2018)

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO E AGRAVO REGIMENTAL. PRECLUSÃO. UNIRRECORRIBILIDADE. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO RECEBIDO COMO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO PROFERIDA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM QUE NÃO ADMITIU O RECURSO ESPECIAL. APLICAÇÃO DO ART. 544, § 4º, I, DO CPC. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE, QUE IMPÕE O ATAQUE ESPECÍFICO AOS FUNDAMENTOS. INSUFICIÊNCIA DE ALEGAÇÃO GENÉRICA. PRECEDENTES. MANUTENÇÃO DA

DECISÃO ORA AGRAVADA. RECURSO MANIFESTAMENTE INFUNDADO E PROCRASTINATÓRIO. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 557, § 2º, CPC.

1. "Manejadas duas petições contra uma única decisão, conhece-se a primeira, não se conhecendo da segunda, porquanto desrespeitado o princípio da unirrecorribilidade, bem como porque operada a preclusão consumativa" (AgRg no Ag 1400801/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/03/2012, DJe 19/03/2012).

2. Em homenagem aos princípios da fungibilidade e economia processual, o pedido de reconsideração pode ser recebido como agravo regimental.

3. O agravo que objetiva conferir trânsito ao recurso especial obstado na origem reclama, como requisito objetivo de admissibilidade, a impugnação específica aos fundamentos utilizados para a negativa de seguimento do apelo extremo, consoante expressa previsão contida no art. 544, § 4º, inc. I, do CPC, ônus da qual não se desincumbiu a parte insurgente.

4. À luz do princípio da dialeticidade, que norteia os recursos, compete à parte agravante, sob pena de não conhecimento do agravo, infirmar especificamente os fundamentos adotados pelo Tribunal de origem para negar seguimento ao reclamo, sendo insuficiente alegações genéricas de não aplicabilidade do óbice invocado.

Precedentes.

5. O recurso revela-se manifestamente infundado e procrastinatório, devendo ser aplicada a multa prevista no art. 557, § 2º, do CPC.

6. Agravo regimental de fls. 445-448 não conhecido. Pedido de reconsideração de fls. 439-443 recebido como agravo regimental a que se nega provimento, com aplicação de multa.

(RCD no AREsp 581.722/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 06/11/2014, DJe 11/11/2014)

Nesse sentido, inviável o conhecimento do agravo.

**3.** Do exposto, não conheço do agravo em recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO MARCO BUZZI**

Relator